

# ECONOMIA, BRASIL: CONVERSANDO

**Entrevista concedida ao Informe Econômico  
Texto organizado por Enoisa Veras<sup>1</sup> e revisado pelo  
entrevistado - Prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz 'Puscas'**

Para inúmeros alunos(as) e egressos do Curso de Economia da Federal do Piauí, o professor Luiz Carlos Rodrigues Cruz 'Puscas' é uma referência. Nas nossas percepções sobre a questão agrária, por exemplo, foram incluídas centenas de homens e mulheres. Gentes nascidas na lida cotidiana da terra, tornaram-se sujeitos concretos de uma construção social que se formou à revelia dos seus direitos, sempre negados pelos interesses vários da política nos antigos e atuais momentos brasileiros. Professor Puscas é formado em economia pela Universidade Federal do Ceará e especialista em Economia Agrária pela Universidade Federal de Campina Grande-PB. É professor do DECON-UFPI desde 1975 e ministra, atualmente, as disciplinas Economia Marxista e Economia Política. Assessora movimentos populares e sindicais desde 1983 e coordenou, na UFPI, os projetos: *Universidade Solidária*, de *Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Serra da Capivara-PI* e, através da UNITRABALHO, o *Projeto Brasil, meu negócio é turismo*. Na entrevista, que resultou no texto a seguir, encontram-se as percepções do estimado professor sobre a necessidade da pluralidade no currículo do curso de economia, a atualidade do pensamento marxista, as crises cíclicas do capitalismo, formação do capital especulativo, inserção subordinada do Brasil aos interesses do

capital internacional e sobre os rumos da universidade brasileira.

Boa leitura!!

## Reformulação do currículo do curso de economia – formação plural

A coordenação do curso de economia da Universidade Federal do Piauí, do Campus de Teresina, está na fase final de elaboração do novo projeto político pedagógico, se adequando às novas normas da LDB e às novas diretrizes curriculares aprovadas, em 2007, pelo Conselho Nacional de Educação. Essa reformulação acontece em todos os currículos dos cursos de economia a nível nacional e segue uma orientação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação de Economia (ANGE), à qual o nosso Curso vem acompanhando desde 1985, data de criação da entidade. O último currículo é de 1985. Já são 23 anos e, portanto, precisamos avançar. Nosso projeto político pedagógico está sendo supervisionado, com muita seriedade, pela



Tratamento da foto: Tupy

professora Fernanda Veras, coordenadora do curso.

Tenho uma visão contrária à liberal, mas por honestidade acadêmica, seriedade e ética, defendo, de forma intransigente, a existência dos diversos paradigmas no currículo porque penso ser a economia uma ciência plural, o que torna obrigatório a existência das diversas correntes de pensamento.

Alguns tentam, por má fé ou desconhecimento, impedir o estudo do pensamento marxista. Ele é tão atual que agora, durante a crise financeira mundial, volta-se para Marx. Os jornais citam, inclusive, parágrafos inteiros do capítulo XXX do *Capital*, que trata do capital financeiro. Enquanto professor, sempre tive uma postura séria e honesta com meus alunos mostrando a eles que o marxismo é umas das correntes do pensamento dentro da pluralidade das ciências econômicas e que é extremamente importante o conhecimento dos clássicos, neoclássicos, keynesiano, kaleckiano, cepalinos e de tantos outros pensadores latino-americanos, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzo. Esse conhecimento plural do curso possibilitará a formação de uma matriz ideológica consciente e não necessariamente de uma postura política.

Existem os (pré)conceitos vindos de pessoas que, às vezes, nunca abriram um livro de Marx. Assim como na filosofia o tempo não é o mesmo, mas continuam os estudos sobre Aristóteles, Sócrates e Platão; ou na sociologia, a sociedade não é a mesma e ainda se estuda Durkheim, Comte e Max Weber. Na economia, estudamos Smith, Ricardo e Keynes, e o contexto econômico vivido por eles é diferente do atual.

É preciso ter clara a idéia de que queremos formar cidadãos e cidadãs para atuarem na vida. Eu costumo dizer que o curso de economia *dá régua e compasso, teu caminho pelo mundo tu mesmo traças*, plagiando o Gilberto Gil.

### Atualidade do pensamento marxista

A análise marxista nos ajuda a compreender a realidade financeira atual. É com base nesse instrumental que se sai da superficialidade da crise para penetrar na sua essência. A superficialidade da crise é acompanhar as oscilações das bolsas, a oscilação das moedas. A essência da crise é

outra.... nos últimos anos, meados de 70 pra cá, o capitalismo alcançou uma fase especulativo-parasitária quando dinheiro começou a criar dinheiro. Ora, isso é inviável!! O que deve criar dinheiro deve ser a mercadoria pois esta é que faz dinheiro se valorizar. Marx fala sobre isso, na metade do século XIX, mesmo com um capitalismo embrionário, muito insipiente. Muitos acham que Marx queria acabar com o capitalismo.. Ele não era utópico e sim científico. O que o Marx pregava era que na evolução histórica das sociedades, os modos de produção vão se sucedendo e ele achava que o modo de produção capitalista era um modo de produção revolucionário, com relação ao modo de produção anterior. O capitalismo revolucionou todo o processo produtivo e a tendência deste sistema era evoluir, entrar em contradição e resolver essa contradição através da crise, e assim vai continuamente sendo conduzido pelo estado burguês que irá sempre repassar para a classe trabalhadora o ônus da crise, socializando as perdas.

Essa crise não é uma crise financeira do EUA e sim uma crise do próprio capitalismo: uma crise cíclica. É uma crise séria, profunda e de extensão ainda difícil de avaliar. Estamos, em quase todo o mundo, diretamente envolvidos com a produção capitalista, ou seja, se há uma crise maior no capitalismo e ela sinaliza nessa direção, afetando o processo produtivo, poderá ocorrer um índice de desemprego massivo, que é o pior que pode acontecer para a classe trabalhadora.

Acompanhamos, por exemplo, os países ricos se reunirem para decidir o que fazer e os trabalhadores precisam se reunir também! Mais do que nunca os trabalhadores de todo o mundo têm que apresentar propostas também para enfrentar esse momento. Já se começa a falar em redução de salário com o falso discurso de que precisam ser reduzidos para evitar o aprofundamento da crise.

Os discursos são tão fortemente envolvidos pela ideologia, que a grande mídia, quando os governos dos países ricos compram os bancos, compram as seguradoras, eles dizem que estão nacionalizando. Como é que os EUA podem nacionalizar um banco e uma empresa que é nacional? Eles estatizaram, para não usar a palavra

estatizar que é uma postura inadmissível para os defensores do liberalismo. Como é que eles defenderão a estatização, se sempre a combateram? Alguns oportunistas de plantão usam citações de Marx, são como camaleões, mudam de cor de acordo com a verdura ou a secura do sertão!

### **Crises cíclicas do capitalismo – capital especulativo**

O DECON irá republicar um Texto de Discussão, lançado pelo Departamento em maio de 2002, dos professores Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani, que mostram a fundamentação do capital especulativo parasitário, que deu origem a atual crise. Ou seja, um tipo de capital que se apropriava em escala crescente do excedente gerado pelos trabalhadores através do capital produtivo.

Num artigo do ano passado, novembro de 2007, o professor François Chesnais, perguntava: "será que os governos vão esperar pra ver o momento de tomar decisões, para quê, ou nós vamos ter uma crise global, mundial em que os trabalhadores pagarão mais uma vez a conta?"

O capitalismo tem períodos cíclicos e em meados da década de 70, quando ocorreu mais uma crise, imediatamente foram tomadas medidas, tomando por base ideológica um trabalho escrito em 1944, chamado "Caminho da Servidão", de Friedrich Hayek, para propor o novo/velho liberalismo, ou seja, que o Estado se retirasse do domínio das relações econômicas, que o Estado privatizasse, que o Estado cumprisse as suas funções básicas - de garantia da propriedade privada dos meios de produção, da segurança e da justiça - e que o Estado tivesse um controle mínimo sobre algumas grandes empresas e sobre o capital financeiro. Mas na realidade o Estado ficou a reboque do mercado, como se o mercado fosse um deus maior que pudesse resolver tudo. Se auto-regulasse.

Cresceu a produção no mundo também com a entrada da Índia e a China nessas últimas décadas. Os países periféricos cresceram, com exceção do Brasil, mas os demais cresceram em

média 7% e crescer essa média significa dobrar a riqueza. Então, parcelas crescentes dessa riqueza foram sugadas pelo capital especulativo. Ocorreu uma transferência de riqueza do capital produtivo para o capital especulativo (que nada produz), daí ele ser caracterizado como parasitário. Essa forma de acumulação faz parte do próprio sistema, é um estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Parece ser necessário que o capitalismo tenha esse estágio, entre numa crise para com a crise aprender a não repetir, por exemplo, o que nós estamos assistindo agora. Entretanto, os governos americano e europeus injetam recursos para a continuidade da especulação, ao invés de injetar recursos que possibilite uma nova dimensão e uma nova ordem.

No caso do Brasil, por exemplo, o Banco Central diminuiu o compulsório dos bancos, ou seja, o que os bancos deveriam recolher ao Banco Central de cada depósito novo e isso significa mais dinheiro disponível. Qual seria a lógica? Se há mais dinheiro disponível para os bancos há mais empréstimos, mais abundância de dinheiro, logo, taxas de juros mais baixas, não é? Está ocorrendo o contrário, porque esse dinheiro não está "irrigando" a economia, ou melhor, sendo emprestado para investimentos, capital de giro e para os consumidores. Então é como se você tivesse conseguido bastante sangue para um doente que precisa de uma transfusão; no entanto, tem alguém pisando a mangueira que irriga o sangue. O crédito é o oxigênio do capitalismo, portanto, os governos têm que obrigar os agentes financeiros repassarem esses novos recursos para o setor produtivo e para os consumidores a taxas de juros mais baixas. Acontece que as altas taxas de juros, fixadas pelo Banco Central, atraís esses recursos para aplicação em títulos do tesouro nacional porque rendem muito e são seguros pois os bancos têm receio de emprestar.

Estão colocando recursos para a continuação do processo de especulação e não para o processo produtivo, quando a pretensão é somente salvar bancos, seguradoras, fundos de investimentos e especuladores. E o que os bancos ganharam durante esses anos todos? Quem não acompanhava, por exemplo, os balanços dos bancos no Brasil, Bradesco, Itaú, bancos estrangeiros que estão aqui dentro, Santander?

É preciso analisar passo a passo as medidas adotadas. Acompanhando os desdobramentos, observo que visam atender fundamentalmente aos interesses do capital e não tem nada sinalizando para atender os interesses da classe trabalhadora.

Comemorou-se no Brasil, recentemente, o crescimento do consumo que ocorreu à custa de endividamento da classe trabalhadora. A facilidade do crédito, apesar das taxas elevadíssimas, e o número de cartões de crédito e empréstimos é um negócio absurdo!

Sei que a situação brasileira é diferente e mais estável que muitos países, inclusive os desenvolvidos. O Fernando Henrique Cardoso afirmou, numa entrevista, que em seu governo os 78 bilhões de dólares de reserva quase desapareceram por causa de uma pequena crise na Ásia. No governo atual, as reservas são 207 bilhões de dólares, ou seja, há recurso para ser utilizado mas é bom não esquecer que esse dinheiro foi adquirido às custas da contribuição dos trabalhadores brasileiros, de todos nós, porque temos a transferência de renda mais injusta do mundo, o sistema tributário mais injusto do mundo, onde os mais pobres pagam e os mais ricos não pagam. O capital internacional, por exemplo, no Brasil, não paga imposto de renda dos lucros obtidos no estéril processo especulativo. Enquanto isso, trabalhadores que ganham até mil e quatrocentos por mês, pagam imposto de renda. Eles que ganham milhões, bilhões de reais e não pagam imposto de renda. É justo?

### **Inserção subordinada**

Então todo esse quadro, por quê? Porque a nossa inserção na nova ordem econômica mundial consolidada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e continuada no governo Lula é uma inserção subordinada aos interesses do capital internacional, não uma inserção independente. Nós temos que partir para um desenvolvimento próprio onde os abalos externos tenham menos efeitos aqui dentro. Se não tivéssemos tanta dependência do ingresso de capitais especulativos ou da venda de matérias primas e não de produtos manufaturados; se tivéssemos investido, neste mesmo período, fortemente em educação, para que esse

desenvolvimento educacional provocasse um amplo desenvolvimento científico e tecnológico nas Universidades, nos Institutos de Pesquisa, estaríamos hoje em vários ramos, vários setores suficientemente desenvolvidos para exportar tecnologia de ponta.

Um mercado interno fortalecido significaria melhor distribuição de renda, com melhores salários para os trabalhadores e fortalecimento da classe média; maior propensão para consumir e poupar e, conseqüentemente, maiores vendas e investimentos mais volumosos. É importante repetir, o Brasil é o 14º produtor de riquezas do mundo e possui uma das mais elevadas concentrações de renda e riqueza do mundo. Uma política efetiva de distribuição de renda que permitisse às pessoas consumir sem estarem se endividando ou que os bancários, por exemplo, diante dos lucros exorbitantes dos bancos, não precisassem organizar greves para conseguir seus reajustes.

### **Universidades públicas**

Não pode ser negado que o governo Lula está injetando mais recursos nas universidades. É só visitar o site Transparência e lá encontraremos dados que revelam que todas as universidades públicas estão recebendo mais recursos. A nossa está se expandindo, como a do Ceará, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Estão também sendo criadas mais universidades públicas. O que acontece é que o modelo que está sendo implantado pelo MEC é um modelo de resultados que se assemelha ao que o FMI fazia, até recentemente, com países periféricos, dependentes: "libero recursos desde que vocês me apresentem um crescimento quantitativo" sem qualquer preocupação com os aspectos qualitativos. Isso significa que a primazia da quantidade em detrimento da qualidade. Precisam de números, pois com eles apresentam para as sociedades estatísticas ascendentes. Vale lembrar que este mesmo modelo foi imposto ao ensino fundamental, onde as crianças não podem ser reprovadas, para que crescesse o número de crianças e jovens que estão cursando o ensino fundamental. Hoje pode ser constatado que inúmeros desses jovens, embora tenham concluído o ensino fundamental, continuam analfabetos. Aí se

cria uma nova terminologia para esse jovem: analfabeto funcional.

Outro aspecto da concepção liberal que permeia as universidades (e a sociedade), há alguns anos, que é o da despolitização. Na verdade, estão sendo castrados as utopias e os sonhos. Então, fica difícil a discussão de políticas universitárias, políticas educacionais, políticas de trabalho, políticas de renda ou políticas fiscais. O neoliberalismo trouxe dois grandes males a sociedade, em particular a sociedade brasileira: um foi o discurso do **caminho único** – o do neoliberalismo.

Nas ciências sociais existem várias concepções, vários paradigmas, portanto, vários caminhos a serem trilhados. Quando se tenta castrar a formação plural dos jovens, também é retirada deles uma capacidade reflexiva. E se desaparece a capacidade reflexiva, desaparece também a capacidade crítica. Ser crítico não é necessariamente ser contra; ser crítico é ter capacidade para filtrar a informação da forma como ela chega. Então, se uma notícia é lançada pela grande mídia como verdade única e absoluta ela passa a reproduzir como uma verdade única e absoluta dentro do senso comum. Isso é horrível para sociedade e para qualquer grupo que irá assumir o poder. Os jovens que estão hoje nas universidades, são os que irão assumir o poder futuramente, dentro de dez, quinze, vinte anos. E estarão totalmente despolitizados.

O outro grande mal é a exacerbação do individualismo. A despolitização associada ao individualismo são fundamentais para o enfraquecimento e esfacelamento dos movimentos sociais e populares. O individualismo em si é talvez o pior mal porque as pessoas passam a achar que as suas vidas são resultados de suas ações individuais e não resultado do sistema como um todo. Daí tantas depressões e suicídios! Ora, como agem os governos para relativizar essa situação? Com políticas públicas fragmentadas e isso fragmenta ainda mais as classes sociais que já estão bastante dispersas. Mais uma vez vou me basear no ponto de vista do novo arcebispo de São Paulo, quando ele diz que o maior risco para a democracia e para a sociedade é quando o povo

passa a ter nojo de política, acrescentaria: e quando cada um, embora mantendo relações sociais, passam a agir individualmente competindo sem ética.

As políticas públicas estão fragmentadas (para grupos) e de curto prazo e não há uma política geral de desenvolvimento para o País, um plano nacional de desenvolvimento que oriente e possibilite um planejamento regional integrado. Não se sabe, por exemplo, como os bancos de desenvolvimento irão adotar a políticas de crédito para o Nordeste, se eles não possuem uma orientação a partir de um planejamento de longo prazo do país. Não existe planejamento de longo prazo. E por que este planejamento desapareceu? Porque a nova lógica, a partir da década de 80 e no Brasil a partir de 90, era a de que o Estado não deveria intervir na economia que seria regulada pelo mercado. E este, está comprovado, não tem capacidade de se auto-regular e também não irá eliminar as desigualdades regionais e nem preocupar-se com a redistribuição da renda e da riqueza. A história já ensinou, a partir da crise de 1930, que a intervenção do Estado é necessária e imprescindível porque o mercado só trabalha no curto prazo e apenas busca, incessantemente, maximizar seus lucros.

Encerraria com algumas considerações sobre os caminhos da crise no Brasil. Acredito que o Estado brasileiro deve adotar medidas urgentes no sentido de desviar o país da recessão. Para tanto, acredito que a injeção de recursos em setores e ramos de produção que gerem empregos, principalmente, os que já vinham gerando: como construção civil, confecções, agricultura familiar, etc. Esta nova realidade mundial gestada pela crise financeira exige o abandono das políticas e mecanismos que foram, até recentemente, utilizados como “controle fiscal”, “superávit primário” e a “liberalização do capital”. O pior não é entrar em recessão, mas retirar o país de uma recessão.

<sup>1</sup> Economista/DECON-UFPI.